

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 911.368 SÃO PAULO

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S)	:GIULIANO ALVES BAETA
ADV.(A/S)	:LEONARDO AFONSO PONTES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	:ITAÚ UNIBANCO S/A
ADV.(A/S)	:EDUARDO CHALFIN E OUTRO(A/S)

EMENTA

DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. CARTÃO DE CRÉDITO. INEXIBILIDADE DE DÉBITO. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102 DA LEI MAIOR. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 21.6.2013.

1. A controvérsia, a teor do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais. Compreender de modo diverso exigiria a análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão da Corte de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, “a”, da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte.

2. Inexiste violação do artigo 93, IX, da Constituição Federal. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o referido dispositivo constitucional exige a explicitação, pelo órgão jurisdicional, das razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pelas partes.

3. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

ARE 911368 AGR / SP

4. Agravo regimental conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora. Não participou, justificadamente, deste julgamento o Senhor Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ministra Rosa Weber
Relatora

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 911.368 SÃO PAULO

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S)	: GIULIANO ALVES BAETA
ADV.(A/S)	: LEONARDO AFONSO PONTES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ITAÚ UNIBANCO S/A
ADV.(A/S)	: EDUARDO CHALFIN E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Contra a decisão por mim proferida, pela qual negado seguimento ao recurso, maneja agravo regimental Giuliano Alves Baeta.

A matéria debatida, em síntese, diz com o valor arbitrado a título de indenização por danos morais pelo Tribunal *a quo*.

Ataca a decisão agravada, ao argumento de que a violação dos preceitos da Constituição Federal se dá de forma direta, o que afasta o óbice da Súmula 279/STF. Sustenta o direito de ser reparado pelos danos sofridos na proporção do agravo, consoante o art. 5º, V e X, da Constituição da República. Alega a pretensão, por meio do recurso extraordinário, “(...) *da análise de nulidades, bem como afastar a prestação jurisdicional incompleta, violações estas à própria legislação constitucional (...) e demonstrada a violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (...) e o princípio da razoabilidade (...)*” (doc. 07, fls. 05-08). Afirma que a manutenção da decisão agravada constitui indevida negativa de prestação jurisdicional (doc. 07, fl. 08). Reitera a afronta aos arts. 1º, III, 5º, V, X, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Lei Maior.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou a controvérsia em decisão cuja ementa reproduzo:

“APELAÇÃO AUTOR E RÉU AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO CARTÃO DE CRÉDITO APLICAÇÃO DO

ARE 911368 AGR / SP

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Por ser objetiva a sua responsabilidade, o “fornecedor responde, independentemente da existência de culpa pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação de serviços (...)” (art. 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor), a menos que prove “a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro” (inc. II, do §3º, do art. 14, do mesmo Diploma Legal). A própria Lei Consumerista determina que o ônus da prova quanto à excludente da responsabilidade objetiva recaia inteiramente sobre o prestador de serviço, que deve demonstrar efetivamente que os fatos alegados pelo consumidor são oriundos de sua culpa exclusiva ou de terceiro, condição esta que não se desincumbiu o Réu. Restou incontroverso que o sistema de operações de crédito por meio de cartão oferecido pelo Réu está sujeito a fraudes e por isso o mesmo deve suportar a sua responsabilização frente ao Autor, uma vez que se trata do risco de sua atividade. DEVER DE INDENIZAR CARACTERIZADO. Estão presentes todos os elementos essenciais à responsabilização do Réu, o que autoriza sua condenação ao ressarcimento dos danos morais causados ao Autor pela negativação indevida. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. QUANTUM DEVIDO. O valor indenizatório deve ser fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em atendimento aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade. RECURSO DO RÉU IMPROVIDO NESTES PONTOS RECURSO DO AUTOR PROVIDO NESTES PONTOS. APELAÇÃO AUTOR AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO JUROS DE MORA TERMO INICIAL. O próprio Autor confessa ser cliente do Réu, o que implica em reconhecer que a responsabilidade discutida nos autos é contratual. Tratando-se de responsabilidade contratual, a incidência de juros moratórios sobre o valor da condenação deve iniciar-se a partir da citação, ocasião em que o Réu foi constituído em mora (artigo 397, § único do Código Civil c.c. artigo 219, do Código de Processo Civil). Precedentes do STJ.

ARE 911368 AGR / SP

RECURSO IMPROVIDO NESTE PONTO.

APELAÇÃO AUTOR AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO VERBA HONORÁRIA DE SUCUMBÊNCIA. Não há que se reformar a decisão monocrática no tocante ao percentual determinado na condenação do Réu ao pagamento dos honorários advocatícios, pois os mesmos estão em consonância com os critérios estabelecidos no art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil, guardando correspondência com a natureza das causas principal e cautelar, suas complexidades e os trabalhos realizados pelos patronos do vencedor. RECURSO IMPROVIDO NESTE PONTO.

SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DO RÉU IMPROVIDO.”(doc. 02, fls. 103-4)

Acórdão recorrido publicado em 21.6.2013.

O Superior Tribunal de Justiça negou seguimento ao agravo em recurso especial – decisão com trânsito em julgado.

É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 911.368 SÃO PAULO

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Preenchidos os pressupostos genéricos, conhecimento do agravo regimental e passo ao exame do mérito.

Nada colhe o agravo.

Transcrevo o teor da decisão que desafiou o agravo:

“Vistos etc.

Contra o juízo negativo de admissibilidade do recurso extraordinário, exarado pela Presidência do Tribunal *a quo*, foi manejado agravo. Na minuta, sustenta-se que o recurso extraordinário reúne todos os requisitos para sua admissão. Aparelhado o recurso na afronta aos arts. 1º, III, e 5º, V, e X, da Constituição Federal.

É o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos extrínsecos.

Da detida análise dos fundamentos da decisão denegatória de seguimento do recurso extraordinário, bem como à luz das razões de decidir adotadas pelo Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do recurso veiculado na instância ordinária, concluo que nada colhe o agravo.

Não há falar em afronta aos demais preceitos constitucionais indicados nas razões recursais, porquanto, no caso, a suposta ofensa somente poderia ser constatada a partir da análise de matéria infraconstitucional, o que torna oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, portanto, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Dessarte, desatendida a exigência do art. 102, III, “a”, da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência deste egrégio Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido:

ARE 911368 AGR / SP

“Agravamento regimental em recurso extraordinário com agravamento. 2. Dano moral. Discussão de índole infraconstitucional. ARE-RG 739.382, Tema 657. 3. Valor fixado a título de danos morais. Matéria infraconstitucional. ARE-RG 743.771, Tema 655. 4. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 5. Agravamento regimental a que se nega provimento” (ARE 743473-Agr/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJe 13.9.2013).

Outrossim, o Tribunal de origem, na hipótese em apreço, lastreou-se na prova produzida para firmar seu convencimento, razão pela qual aferir a ocorrência de eventual afronta aos preceitos constitucionais invocados no apelo extremo exigiria o revolvimento do quadro fático delineado, procedimento vedado em sede extraordinária. Aplicação da Súmula 279/STF: “Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário”. Anoto precedente:

“Agravamento regimental no recurso extraordinário com agravamento. Civil. Prequestionamento. Ausência. Princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Ofensa reflexa. Consumidor. Dano moral. Indenização. Valor. Legislação infraconstitucional. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Precedentes. 1. Não se admite o recurso extraordinário quando os dispositivos constitucionais que nele se alega violados não estão devidamente questionados. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356/STF. 2. A afronta aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, quando depende, para reconhecida como tal, da análise de normas infraconstitucionais, configura apenas ofensa indireta ou reflexa à Constituição da República. 3. Inadmissível, em recurso extraordinário, a análise da

ARE 911368 AGR / SP

legislação infraconstitucional e o reexame dos fatos e das provas dos autos. Incidência das Súmulas nºs 636 e 279 desta Corte. 4. Agravo regimental não provido.” (ARE 720562-AGR/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, DJe 06.5.2013)

Nesse sentir, não merece processamento o apelo extremo, consoante também se denota dos fundamentos da decisão que desafiou o recurso, aos quais me reporto e cuja detida análise conduz à conclusão pela ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República.

Nego seguimento (art. 21, § 1º, do RISTF).”

Irrepreensível a decisão agravada.

Inexiste violação do artigo 93, IX, da Constituição Federal de 1988. Na compreensão desta Suprema Corte, o texto constitucional exige a explicitação, pelo órgão jurisdicional, das razões de seu convencimento, sem necessidade, contudo, do exame detalhado de cada argumento esgrimido pelas partes. Cito precedentes:

“Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral” (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, por maioria, DJe 13.8.2010).

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO MATÉRIA FÁTICA E LEGAL. O recurso extraordinário não é meio próprio ao

ARE 911368 AGR / SP

revolvimento da prova, também não servindo à interpretação de normas estritamente legais. RE LEGAL CURSO EXTRAORDINÁRIO PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DEVIDO PROCESSO. Se, de um lado, é possível ter-se situação concreta em que transgredido o devido processo legal a ponto de se enquadrar o recurso extraordinário no permissivo que lhe é próprio, de outro, descabe confundir a ausência de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional com a entrega de forma contrária aos interesses do recorrente. AGRAVO ARTIGO 557, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL MULTA. Se o agravo é manifestamente infundado, impõe-se a aplicação da multa prevista no § 2º do artigo 557 do Código de Processo Civil, arcando a parte com o ônus decorrente da litigância de má-fé” (ARE 721.783-AgR/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, 1ª Turma, Dje 12.3.2013).

A suposta afronta aos postulados constitucionais invocados no apelo extremo somente poderia ser constatada a partir da análise da legislação infraconstitucional, o que torna oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Colho precedentes:

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Civil e do Consumidor. Prequestionamento. Ausência. Responsabilidade civil. Tarifas bancárias. Cobrança. Indenização. Valor. Discussão. Ausência de repercussão geral dos temas. Legislação infraconstitucional. Precedentes. 1. Não se admite o recurso extraordinário quando os dispositivos constitucionais que nele se alega violados não estão devidamente prequestionados. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356/STF. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no exame do ARE nº 675.505/RJ, Relator o Ministro Gilmar Mendes, concluiu pela ausência de repercussão geral do tema relativo à possibilidade de cobrança de taxas e tarifas bancárias administrativas, acessórias aos contratos bancários, à luz do Código de Defesa do Consumidor, dado o caráter

ARE 911368 AGR / SP

infraconstitucional da matéria. 3. O Supremo Tribunal Federal, analisando o ARE nº 743.771/SP-RG, Relator o Ministro Gilmar Mendes, assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa à “modificação do valor fixado a título de indenização por danos morais”, uma vez que esse discussão não alcança status constitucional. 4. Agravo regimental não provido.” (RE 864.505-AgR/ES, Rel. Min. Dis Toffoli, 2ª Turma, DJe 13.4.2015)

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. RECURSO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE REEXAME DO MATERIAL PROBATÓRIO. SÚMULA 279/STF. REEXAME DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL PERTINENTE. VALOR FIXADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A petição de agravo regimental não impugnou os fundamentos da decisão ora agravada, de modo que é inadmissível o agravo, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal. Precedentes. O tema constitucional do recurso extraordinário não foi objeto de análise prévia e conclusiva pelo Tribunal de origem. Incidência das Súmulas 282 e 356/STF. Para dissentir do acórdão recorrido e concluir pela existência das inconstitucionalidades apontadas, seria necessária a análise da legislação infraconstitucional pertinente, procedimento inviável em sede de recurso extraordinário. Não há repercussão geral a questão acerca de modificação de valor fixado a título de indenização por danos morais. Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 810.373-AgR/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, 1ª Turma, DJe 29.8.2014)

O exame de eventual afronta aos preceitos constitucionais apontados, consagradores dos princípios da legalidade, da proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, bem como ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º da Lei Maior), demanda, em primeiro plano, a interpretação das normas

ARE 911368 AGR / SP

infraconstitucionais aplicáveis à espécie, de tal modo que, se afronta ocorresse, seria indireta, o que não atende à exigência do art. 102, III, “a”, da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência deste egrégio Supremo Tribunal Federal (STF-AI-AgR-495.880/SP, Relator Ministro Cezar Peluso, 1ª Turma, DJ 05.8.2005; STF-AI-AgR-436.911/SE, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, DJ 17.6.2005; STF-RE-AgR-154.158/SP, Relator Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ 20.9.2002 e STF-RE-153.781/DF, Relator Ministro Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ 02.02.2001).

As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, a inviabilizar o trânsito do recurso extraordinário.

Agravo regimental **conhecido e não provido.**

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 911.368

PROCED. : SÃO PAULO

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

AGTE.(S) : GIULIANO ALVES BAETA

ADV.(A/S) : LEONARDO AFONSO PONTES E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : ITAÚ UNIBANCO S/A

ADV.(A/S) : EDUARDO CHALFIN E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma